

O Mundo em Português Nº0

Junho 1999

Angola: a Paz Possível?

A boa fé das partes

Quando terminou o processo de Bicesse, em Maio de 1991, e se preparavam as primeiras eleições democráticas em Angola, a paz ficou a depender, inteiramente, da boa fé das partes. As eleições tiveram lugar em Setembro de 1992, sem que os exércitos do MPLA e da UNITA se tivessem transformado num Exército angolano único, e sem que Margaret Anstee, enviada especial do Secretário Geral Boutros-Ghali tivesse obtido do Conselho de Segurança forças militares em número que considerava indispensável para manter a paz.

Diria ela mais tarde: "O Conselho de Segurança queria uma operação 'pequena e controlada'. Mas nenhum desses atributos se coadunava com Angola". Para os mediadores do processo de paz entre o MPLA e a UNITA, tal como para as Nações Unidas, a "boa fé das partes" continuava a ser a única esperança.

Não estarão as Nações Unidas a repetir em Timor o erro que cometeram em Angola? Também em Timor o processo de autodeterminação está quase inteiramente dependente da boa fé das partes, com a agravante de, neste caso, depender de facto da boa vontade de apenas uma delas: a Indonésia. Ou melhor, das suas Forças Armadas - o que é um absurdo, pois as Nações Unidas não reconhecem a anexação de Timor. O número de observadores das Nações Unidas anunciado - cerca de 600 - parece também inadequado, e sem os meios necessários para garantir a ordem pública, corre-se o risco de que se mantenha o regime de intimidação das milícias armadas. O que não é garantia de um referendo justo e válido: nem os defensores da independência poderão fazer campanha, nem a ida às urnas num clima de extrema intimidação permite a expressão livre da vontade dos Timorenses. Os observadores desarmados das Nações Unidas mais não poderão fazer do que denunciar as violações e os desmandos cometidos e constatar, como fez Margaret Anstee, com um enorme sentimento de frustração, a impotência da comunidade internacional.

Em Angola, a exclusiva dependência da "boa fé das partes" é conhecida: o país vive ainda em guerra, com centenas de milhares de mortos e uma legião incontável de desalojados desde então. Em Timor, a falta de boa fé da parte a quem cabe garantir a lisura do referendo e a aceitação do seu resultado, seja ele qual for, não teria, certamente, menos trágicas consequências.

Quer em Angola, quer em Timor, fica simultaneamente demonstrado o muito que pode a acção diplomática de um pequeno Estado democrático, membro da União Europeia, mas também os constrangimentos que a limitam. Portugal foi em Angola o facilitador ideal do acordo de paz e mediador diligente com a Rússia e os Estados Unidos. Mas faltou-lhe capacidade de pressão para impor uma presença significativa das Nações Unidas ou de um grupo de Estados dispostos a garantir, com forças suficientes no terreno, o cumprimento dos acordos. A diplomacia portuguesa foi capaz, com êxito, de mobilizar a comunidade internacional, começando pelos próprios membros da União Europeia, para a questão de Timor e soube aproveitar as mudanças políticas na Indonésia para encontrar os interlocutores dispostos a aceitar o cumprimento do direito à autodeterminação. Em ambos os casos, a questão que se coloca é saber como completar o papel facilitador eficaz da diplomacia portuguesa com as pressões e as garantias de segurança necessárias.

É evidente que o Governo português tem consciência dos limites da sua acção e procura mobilizar outros Estados para aumentar a pressão das Nações Unidas sobre o Exército indonésio, ainda o verdadeiro poder e o real garante (ou não) do cumprimento do acordo de Nova Iorque. Mas a fragilidade do processo reside na fraqueza das Nações Unidas, que permitiram que tudo ficasse a depender da "boa vontade" da Indonésia ou, mais precisamente, da "boa vontade" das suas Forças Armadas.

Angola e Timor mostram à evidência que é preciso dotar a comunidade internacional de instituições multilaterais eficazes, capazes de garantir a paz e a segurança internacional, capazes de impedir os crimes contra a humanidade e, quando falhar nesse intento, de castigar os seus autores.

O resultado da Guerra no Kosovo é determinante para o futuro do multilateralismo e, por consequência, para que tanto Angolanos como Timorenses possam viver em paz. Se o nacionalismo sérvio triunfar, se os deportados não regressarem às cidades e aldeias do Kosovo de onde foram expulsos pela força armada, não é apenas nem principalmente de uma derrota da NATO e da União Europeia que se trata, mas do princípio de que os seres humanos são mais importantes, que os Estados. No Kosovo está em causa o direito de a comunidade internacional intervir para garantir direitos fundamentais dos cidadãos quando são brutalmente violados pelos Estados, cujo primeiro dever é protegê-los. É este princípio - que a Carta das Nações Unidas, assente no direito soberano dos Estados, não acolhe plenamente - que torna legítima a intervenção em defesa dos direitos dos kosovares. Embora legítima, é revolucionária e não legal à luz do direito internacional vigente. Derrotado o extremismo nacionalista de Milosevic, se esse for o caso, será necessário criar uma nova legalidade internacional assente em novas regras, para cuja aplicação é necessário reformar as Nações Unidas e acabar com o direito de veto em quaisquer circunstâncias que os vencedores da Segunda Guerra Mundial ainda conservam. Em suma, levar a cabo uma reforma que privilegie um ponto de vista cosmopolita.

A garantia dos direitos do povo timorense e do povo angolano está sem dúvida no multilateralismo e não no unilateralismo. Mas não nestas Nações Unidas, paralisadas pelo veto ou pela ameaça dele, e radicalmente assentes nos direitos - e não nos deveres - dos Estados.

Escutar todas as vozes

Apesar do quotidiano de guerra, a Angola interroga-se sobre se a paz é possível. Sousa Jamba pede aos angolanos que saibam ouvir todas as vozes do país.

Para muitos, o processo de paz em Angola morreu definitivamente e os angolanos farão aquilo que melhor sabem fazer - a guerra. Há aspectos da realidade angolana que reforçam esse pessimismo: a inquietação das agências humanitárias pelos milhares de deslocados; uma retórica por parte dos políticos cada vez mais agressiva e que exclui possíveis compromissos; um recrutamento alargado de jovens e até de menores; um sentimento de desespero nos angolanos - incluindo os da diáspora. Há mesmo quem diga que a problemática de Angola é insolúvel e que a história de Angola é uma sucessão de acordos - Alvor, Nakuru, Luso, Bicesse, Lusaka - que não vingaram.

Os mesmos poderão ainda insistir que, não obstante os excessos da guerra (cães a roerem os corpos em decomposição, miúdos analfabetos a tremer nas trincheiras com as suas kalashnikovs, o menosprezo pela vida), os angolanos nunca se

conseguirão desfazer deste inferno. Nesta óptica, Angola - como nas palavras do romancista angolano José Eduardo Agualusa - morreu. Neste clima que retém uma visão quase apocalíptica de Angola, gostaria porém de tanger uma nota optimista. Cedo ou tarde - e espero que seja cedo - as armas em Angola terão de se calar. Os angolanos, sobretudo os da minha geração, já demonstram ser muito conscientes da herança lutuosa da guerra. Em 1975, quando Angola se tornou independente, eu tinha nove anos. No nosso bairro do Bom Pastor do Huambo, de repente as brincadeiras passaram do futebol para a guerra. Admirávamos os mais velhos que, na altura, iam às farras com as armas G3, FN, com os lança-morteiros pendurados aos ombros. Agora, muitas crianças angolanas já não veneram ou glorificam a vida militar. Poucos, segundo uma canção de então, querem «morrer na patrulha com arma de guerra na mão».

Não surpreende que jovens angolanos da província de Benguela (segundo noticiou recentemente a Voz da América) estejam a refugiar-se na Namíbia e África do Sul em busca de uma formação básica, algo que em Angola continua a ser um privilégio dos filhos da nomenclatura. Esta relutância dos jovens é encorajadora porque representa uma nova Angola que contesta os políticos. Poucos são os que acreditam na retórica dos políticos. Historicamente, os sistemas colonial e o da pós-independência sempre viram o interior de Angola apenas como uma fonte de homens para os seus projectos. A nação angolana terá de fazer uma introspecção que poderá resultar no expurgo de vários demónios que pulsam em várias mentes. Os angolanos terão de discutir a sério várias verdades da sua identidade. O que é que, afinal, está por detrás da essência de ser angolano? Qual é, afinal, o projecto da nação angolana? Estas questões, que são vitais para a existência de uma nação, nunca foram feitas. Depois da independência, em 1975, Angola entrou na guerra-fria e os políticos defenderam ideologias que tinham mais a ver com a história do Ocidente do que com a realidade africana. Com a queda do sistema comunista da Europa de Leste, muitos pensaram que Angola, por exemplo, seria uma democracia nos moldes de uma Polónia, Hungria ou uma República Checa. Sabemos todos o que aconteceu. Nesses países da Europa de Leste, os jovens que constituíam a oposição assumiram o poder mas no caso de Angola a velha guarda permanece (e permanecerá) no poder porque em África o Estado é apenas um nexa na rede de interesses. Em Angola, como noutros países africanos (a excepção é a África do Sul de Mandela), permanece na política quem melhor souber navegar nos caminhos turbulentos das redes do patrocínio político. O papel do Estado será uma das questões - entre outras - que deverá ser debatida no futuro. Já há intelectuais angolanos (na diáspora e no país) a pensar seriamente sobre esses assuntos. Os angolanos terão de escutar e abranger várias vozes que até agora não figuraram na agenda da sua nação; terão de parar e escutar as raivas, ansiedades, complexos, orgulhos e vários outros sentimentos - uns deles quase inefáveis - que pululam nas mentes dos seus compatriotas. O discurso nacional em Angola até agora teve um tom desigual: vigoraram os argumentos e teorias dos mais fortes (aqueles que controlam os meios de comunicação social). Isto teve o efeito de criar neles a ilusão de serem detentores da verdade absoluta.

Há várias verdades angolanas e todas elas são válidas. Creio que deste caos surgirá uma vontade de analisar o mosaico angolano. Como é que um crioulo de Luanda, que cresceu vendo telenovelas brasileiras e dançando a música cabo-verdiana e um indivíduo do interior que vê nisso uma alienação cultural poderão chegar a um consenso em que ninguém se sinta oprimido ou menosprezado? Um debate sério sobre Angola só poderá ser possível num clima com um mundo académico vibrante e uma imprensa e sociedade civil prestáveis. Aos poucos, Angola já começa a ter isso. Quando, por exemplo, o governo insiste que todo o mundo deve defender a guerra para o aniquilamento de Jonas Savimbi, já há intelectuais angolanos que têm a coragem de contrariar essa tese e de insistir no diálogo. E os seus argumentos são espalhados pelo mundo - através da Internet - em minutos. A

globalização está também a afectar Angola. O que é animador é que são os próprios angolanos a tecer os seus assuntos com um certo rigor. Isto inspira em mim (e outros com ligações a Angola) muita esperança.

O problema UNITA

Apesar do quotidiano da guerra, Angola interroga-se sobre se a paz é possível. Para Edmundo Rocha ela implica acabar com o "problema UNITA".

A maior parte dos angolanos já chegou à conclusão de que é impossível a pacificação e o progresso económico e social enquanto existir um partido armado que não se submete às regras de convivência democrática e impede a instauração de um clima de paz. Isto já dura há 25 anos.

Não está em causa discutir as razões que conduziram o governo legal a decidir forçar os últimos redutos da UNITA a submeterem-se à administração central e às regras nacionais. O facto é que essa tentativa desencadeou "efeitos colaterais" não previsíveis e de uma dimensão assustadora - um milhão de deslocados, quatro cidades sitiadas, insegurança em todo o território - e demonstrou à comunidade internacional o poderio militar e a política maquiavélica de Jonas Savimbi.

Recuar seria para o GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) e para o MPLA perder a face. E iria ainda dar à UNITA um espaço de manobra que lhe permitiria ganhar mais tempo, espalhar ainda mais as suas metástases cancerosas e daqui a uns anos fazer o assalto definitivo ao poder. Recuar seria criar condições para o suicídio do MPLA. A única saída é tentar extirpar esse cancro de maneira cirúrgica.

O contraste entre a acumulação de riqueza durante anos, por um lado, e o da pobreza por outro, retira credibilidade e moralidade aos dirigentes e aumenta os níveis de contestação no extremo oposto, sobretudo entre a juventude. Esta situação, a manter-se, diminui a fibra moral, a resistência e a capacidade combativa da Nação. Este sentimento generalizado, associado à ausência de ideologia e de utopias, pode fragilizar as fileiras daqueles que dizem pugnar por um estado de direito e aumentar a desorientação dos angolanos. E isto é grave. Na guerra, os exércitos valem por aquilo que vale cada soldado e não pela sofisticação dos meios militares.

Os partidos no Governo, e em especial o MPLA, terão de fazer um doloroso retorno às fontes e empunhar de novo os valores que foram os seus para poder enfrentar os desafios desta sociedade estilhaçada. Há absoluta necessidade de se limparem de acusações de corrupção e de nepotismo, de fortalecer a sociedade civil e de preparar a alternância no poder, que é um dos fundamentos da democracia. Senão, a sociedade estiola-se e morre. Têm também de dar a palavra à sociedade civil, num contexto de respeito pela pluralidade de opiniões.

Não vejo, no entanto, no panorama político actual ou mesmo a médio prazo, forças capazes de substituir o movimento histórico do MPLA. No entanto, as contradições que devem existir no próprio seio deste movimento só vão aparecer à luz do dia após a solução definitiva do problema Jonas Savimbi. Pode ser que no futuro venham a aparecer poderosas correntes contestatárias no seio do próprio MPLA, as quais venham a dar origem a fracturas e ao nascimento de vários partidos democráticos.

A solução UNITA, isto é, a conquista do poder pela força, é também perfeitamente possível. O comportamento da UNITA mostra que este partido está nos antípodas de um projecto unitário, conciliador das várias sensibilidades e etnias angolanas. Estimo que não seria certamente a melhor solução para Angola. Mas não há que desesperar. O novo século trará uma outra esperança aos angolanos. Não podemos é continuar assim por muito mais tempo. Estamos a deslizar paulatinamente para o suicídio nacional.

Inimigos siameses

A guerra em Angola continua porque serve interesses. A instabilidade provocada pela UNITA é a justificação perfeita para manter o país em estado de excepção - e isto convém ao Governo e convém às grandes potências como os EUA e a França, os principais clientes do petróleo angolano.

Recentemente, o escritor e jornalista angolano Rafael Marques divulgou através da Internet uma ficção política da sua autoria, "Não há pão para malucos", que satiriza, com extraordinária coragem e lucidez, o drama de Angola. O ditador de um país não nomeado, personagem principal do conto, discute com um dos seus generais o financiamento da guerra civil:

"Com 40 milhões de dólares para reforçar a ofensiva a gente dá o golpe final, Chefia". Confiava o general. O generalíssimo olhou-o com sarcasmo, de cima a baixo, e questionou secamente: "Se dermos o golpe final, contra quem lutaremos depois?".

Na opinião do ditador não era possível encontrar outro inimigo tão adequado. A melhor solução, para ele, seria manter a guerrilha indefinidamente, e se necessário a expensas do próprio Estado.

Ficção política? Pode ser, mas Rafael Marques aproximou-se perigosamente da realidade. Para qualquer estudioso do caso angolano é hoje óbvio que o Estado Predador, dirigido por José Eduardo dos Santos, não está nem nunca esteve interessado na efectiva destruição da UNITA.

A instabilidade provocada pelos guerrilheiros de Jonas Savimbi serve de pretexto para o estado de excepção que se vive no país. É com este argumento que o MPLA se recusa a organizar eleições e é também com ele que justifica o controlo dos órgãos de informação. A UNITA continua a ser responsabilizada, além disso, por todos os problemas que o Governo - admitindo que existe qualquer coisa parecida com um Governo - não consegue resolver.

Não é possível também esquecer que as grandes potências, com destaque para os Estados Unidos da América e a França, principais clientes do petróleo angolano, preferem negociar com um Governo corrupto, inseguro, não democrático, totalmente submetido aos seus interesses.

Tendo tudo isto em atenção não é provável que a guerra em Angola termine tão cedo. Só os muito ingénuos, ou os cínicos sem vergonha, defendem ainda a tese de que é possível fazer a paz com as mesmas pessoas que criaram esta guerra, e dela retiram dividendos. O que resta às raras e fragilíssimas organizações que representam a sociedade civil angolana é um trabalho moroso, ingrato, cheio de perigos e quase sem perspectivas: socorrer as populações abandonadas pelo Estado, denunciar os inúmeros atentados aos direitos humanos, contrariar as forças de ruptura que ameaçam a integridade nacional, reflectir sobre o futuro.

É um trabalho obscuro, não reconhecido por ninguém, mas nele reside a única esperança de que um dia será possível voltar a haver gente feliz dentro das fronteiras de Angola.

Entre as grandes propostas que de alguma forma poderão contribuir para o apaziguar de tensões, estão o federalismo - recentemente discutido no parlamento angolano -, e a dignificação das línguas nacionais. Basta acompanhar com alguma atenção a imprensa angolana para perceber que a dissolução do Estado, em Angola, despertou o nacionalismo Bacongo e Tchkwê, já para não falar no caso de Cabinda, onde a esmagadora maioria da população parece estar a favor da independência imediata.

Os nacionalistas de Cabinda, do Congo ou das Lundas não defendem outra coisa, afinal, senão o bem estar dos seus povos. Ignorá-los, desprezar os argumentos e as razões das forças políticas que os representam, equivale a enfiar a cabeça na areia.

A independência também não resolveu o problema racial em Angola. Pelo contrário: agravou-o. Os angolanos de origem europeia, brancos e mestiços, e o grupo crioulo de uma forma geral, isto é, as pessoas de língua materna portuguesa, barricaram-se em Luanda, e a partir das suas casas, onde nunca falta nem a água nem a luz, dirigem uma guerra na qual só os outros morrem. Entretanto, enriquecem. Enriquecem muito. Esta situação, que o partido no poder insiste em iludir, tem vindo a gerar enorme descontentamento, inclusive no seio do exército, e pode vir a ser utilizada por grupos radicais, com resultados trágicos, num futuro próximo.

O fim da guerra depende, por outro lado, da consciencialização da sociedade civil nos diferentes países com interesses em Angola. Partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, etc., podem e devem exigir responsabilidades aos seus governantes. A articulação entre as forças representativas da sociedade civil em Angola, e forças idênticas, no exterior, poderia contribuir para a pacificação do país. Desgraçadamente, porém, estamos ainda muito longe disso.

Guerra interminável

Novamente entrincheirados nas suas posições, financiados pelo petróleo e pelos diamantes, MPLA e UNITA arrastam Angola para o descalabro económico e social, numa guerra que assume cada vez mais contornos regionais.

O longo conflito armado em Angola entrou numa nova fase. As movimentações políticas e as tentativas de mediação entre MPLA e UNITA parecem ter dado lugar a mais uma etapa de confrontação violenta pelo acesso e o controlo de recursos e pela conquista do poder político.

Hoje, mais do que nunca, o essencial do poderio bélico da UNITA é de natureza convencional: blindados, mísseis, artilharia de longo alcance, viaturas de transporte. Esta aposta em armamento mais pesado resulta, em certa medida, da desertificação das áreas rurais e da concentração da população no litoral e nos centros urbanos dominados pelo Governo - o que retira margem de manobra à guerra de guerrilha; resulta ainda da forte capacidade financeira do movimento de Jonas Savimbi, em consequência da exploração de diamantes; resulta, por fim, do aumento da margem de manobra regional da UNITA, na Zâmbia e no ex-Zaire, facilitado pelas alianças no terreno com as forças anti-Kabila e com os regimes outrora aliados de Luanda - Uganda, Ruanda e Burundi.

Por seu turno, o Governo de Angola, dirigido pelo MPLA, convencido da possibilidade de infligir uma derrota militar à UNITA, resolveu dar uma resposta militar ao não-cumprimento dos acordos de Lusaca e ao evidente rearmamento da UNITA. Para tal, o Governo de José Eduardo dos Santos tem vindo a adquirir equipamento militar moderno e a reforçar os efectivos da Forças Armadas e da Polícia de Intervenção, procurando manter as principais zonas urbanas sob o seu controlo e preparar ofensivas militares para quebrar o poderio inimigo. As derrotas sofridas no terreno em Dezembro de 1998 na tentativa de conquista das praças fortes da UNITA, o Bailundo e o Andulo, parecem não ter sido suficientes para diminuir a convicção dominante na direcção do MPLA.

Os antecedentes

Para permitir uma melhor perspectiva da situação actual convém relembrar algumas das características essenciais de etapas anteriores do conflito angolano:

1ª fase: 1961-1966 (UNITA) -1974, guerra anti-colonial: confrontos ocasionais entre MPLA e UNITA; guerra de guerrilha.

2ª fase: 1975-1988, acordos de Alvor e independência: aliança UNITA-África do Sul, com apoio militar dos EUA contra MPLA-Cuba, com apoio militar da URSS; guerra mista, de tipo convencional e de guerrilha.

3ª fase: 1988-1992: acordos de Nova Iorque, retirada de Cubanos e Sul-Africanos, processo de paz - de Gbadolite a Bicesse - com a assinatura dos acordos de paz em 1991, e o acordo de disputa pacífica do poder através de eleições; início do mandato de Margareth Anstee como representante do secretário geral da ONU, vivendo Angola um período de paz que durou cerca de 16 meses.

4ª fase: 1992-1995: derrota eleitoral da UNITA e não-aceitação por esta dos resultados eleitorais; acontecimentos sangrentos em Outubro-Novembro de 1992 em Luanda com a morte de milhares de militantes e simpatizantes do movimento do Galo Negro; regresso à guerra, havendo um processo de transformação das FAPLA em FAA e mantendo-se o exército da UNITA maioritariamente operacional; ocupação de cidades e centros rurais pela UNITA; contra-ofensiva do MPLA e avanço militar sobre praças fortes da UNITA no planalto central; início do mandato de Alioune Beye como representante do secretário geral da ONU e pressões internacionais para o retorno às negociações; período de avanços e recuos negociais em função de avanços e recuos militares; acordos de Lusaca.

5ª fase: 1995-1997: realização parcial dos acordos de Lusaca, nomeadamente na sua componente política com a formação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional; não cumprimento do acantonamento e do desarmamento pela UNITA; não-entrega de partes do território à administração central e problemas entre Governo e UNITA em áreas entregues; recomeço de combates localizados; o processo de paz entra num impasse e a guerra ganha terreno.

6ª fase: 1997-98: intervenção das FAA no Congo Brazzaville em apoio ao ex-presidente Denis Sassou Nguesso; intervenção de Luanda no ex-Zaire ao lado de Laurent Kabila e da UNITA ao lado de Mobutu na primeira fase do conflito; morte de Alioune Beye e denúncia do protocolo de Lusaca pelo Governo; desinvestimento político acentuado da comunidade internacional na região e crescente envolvimento de forças e interesses regionais e locais nas guerras do Congo; alianças com o Uganda e o Ruanda; aparente recuo militar e político da UNITA; criação da UNITA renovada, sem qualquer eco internacional ou interno, mantendo-se a situação de confrontação aberta entre dois campos, um liderado por Eduardo dos Santos e pelo MPLA, suportado pelos recursos petrolíferos, e outro por Savimbi e os seus mais próximos colaboradores, assente nas receitas provenientes da exploração de diamantes; Issa Diallo inicia o seu mandato de representante especial do secretário geral das Nações Unidas para Angola sem quaisquer capacidades de pressão; retirada da ONU.

A actual situação militar

O recente agravamento da situação militar tem vindo a acentuar o descalabro económico e social de Angola, com um evidente distanciamento entre o poderio financeiro resultante do petróleo e dos diamantes e a realidade económica dos sectores informais e das desigualdades sociais crescentes. O aumento da corrupção

no seio das elites dirigentes e a ausência de perspectivas de futuro têm provocado desmoralização das forças do Governo, o que é evidente na pouca motivação dos recrutas e soldados para esta nova fase da guerra.

A aposta evidente de ambas as partes numa solução militar assenta numa situação caracterizada pelo domínio, por parte do Governo, das principais cidades do país, da zona litoral e de algumas regiões de natureza estratégica, particularmente no Nordeste do território; por sua vez, a UNITA opera em vastas zonas do Leste de Angola, com predominância em regiões do planalto central e nas Lundas. O mapa apresentado dá um panorama das regiões de mais forte implantação político-militar de ambos os lados.

Com se verifica, em termos gerais o país tem claramente duas áreas de influência demarcadas: a leste da UNITA, a oeste do Governo. Essa linha de demarcação, embora naturalmente fluida, passa por Cuimba (Zaire) a Sanza Pombo (Uíge), continua por Caculama (Malange), Cangandala (Malange) e Mussende (Cuanza Sul), deriva para Lunduimbali (Huambo) a Chipeta (Bié) e avança por Cuito-Canavale até Savate e Cuangar (todas no Cuando-Cubango).

No Leste, as forças governamentais têm o controlo ou uma forte presença militar em três zonas com as seguintes delimitações:

Menongue (Cuando-Cubango) - Cuito-Canavale (Cuando-Cubango) - Chitembo (Bié) - Cuchi - Caiundo - Cuito-Canavale (todas no Cuando-Cubango);

Luenha - Camanongue - Leua (todas no Moxico);

Saurimo (Lunda Sul) - Lucapa - Chitato, ao longo da estrada na Lunda Norte;

Xá-Muteba, Cuango e Luremo - ao longo da estrada, na Lunda Norte.

A Oeste a UNITA tem o controlo ou uma forte implantação militar nas seguintes zonas:

Chipindo - Chicomba - Galangue - Kuvango, todas na Huíla;

Eixo Catata - Hungulo até à estrada principal, no Huambo;

Círculo até às zonas limítrofes de Cassongue (Cuanza Sul), Waku Kungo (Cuanza Sul) e Bocoio (Benguela).

Do ponto de vista demográfico, nas regiões controladas pelo Governo está concentrado o essencial da população - pese embora a falibilidade dos números por causa da elevada mobilidade das populações rurais e das migrações campo-cidade, esta percentagem não andarão longe dos 80 por cento.

As principais confrontações militares, envolvendo infantaria, artilharia e aviação, têm ocorrido nas imediações da cidade de Malange e, no planalto central, ao longo da estrada principal entre Camacupa e Kuito no Bié e num raio que integra Cunhinga e Andulo no Bié e Bailundo no Huambo.

A componente regional

Um dos novos dados da actual situação-político militar em Angola é a forte implicação regional da guerra, cujo eixo de ligações passou marcadamente do Sul e do Sudeste para o Norte e Nordeste nos últimos anos. Ou seja, após a independência da Namíbia e o fim do apartheid, as fronteiras a Sul tornaram-se

mais seguras, enquanto que as regiões limítrofes com a Zâmbia e a República Democrática do Congo passaram a constituir o principal alvo de preocupações de segurança do regime.

O jogo de alianças regionais e o envolvimento de mercenários na guerra configura uma situação altamente volúvel, na medida em que o aliado de ontem se torna muito rapidamente o inimigo de hoje; por outro lado, a dimensão dos recursos financeiros envolvidos permite também que a compra de material de guerra ou a contratação de mercenários tenha a mesma origem - Ucrânia, Rússia, Jugoslávia, África do Sul, entre outros. Ou seja, a guerra em Angola é cada vez menos uma guerra de valores (regime colonial - movimentos de libertação, capitalismo - socialismo, ditadura - democracia) e cada vez mais uma guerra de interesses.

Do ponto de vista formal, a UNITA de Jonas Savimbi não tem legitimidade para manter Angola refém dos seus interesses - mas mantém. Por seu lado, o MPLA possui a legitimidade de ter ganho as eleições e de ter aceite o retorno à mesa de negociações num momento em que estava em condições de infligir uma pesada derrota militar aos seus adversários, em Novembro de 1994. Porém, esta legitimidade original tem perdido expressão ao ser acompanhada de um cada vez maior distanciamento da população, bem como do aumento claro de situações de corrupção e abuso do poder.

Em qualquer caso, mesmo com o reconhecimento internacional, o Governo angolano não parece estar em condições de derrotar militarmente a UNITA - o que não significa que não esteja disposto a tentá-lo. Porém, o actual contexto militar e regional é-lhe bem menos favorável do que era entre meados de 1997 e 1998. Na realidade, o reacender da guerra na República Democrática do Congo, com uma clivagem na aliança regional que havia levado ao fim do regime de Mobutu - então somente apoiado pela UNITA -, criou condições bastante mais favoráveis ao movimento de Savimbi, que passou a contar com o apoio do Uganda, do Ruanda e agora também do Burundi.

Embora permaneçam por esclarecer na sua globalidade as razões do envolvimento do Governo angolano ao lado de Kabila contra os seus ex-aliados tutsi, parece ter pesado mais na balança decisória de Luanda a intenção de normalizar a prazo as relações com os Congos, e, particularmente, a República Democrática do Congo. Daí o não-apoio à componente tutsi do Exército de Kabila, claramente repudiada pela população de Kinshasa e das regiões fronteiriças com Angola, com se pode observar nos acontecimentos violentos que acompanharam a tentativa de tomada do poder da parte do Exército controlado pelos Ruandeses em meados de 1998.

Em qualquer caso, e pelo menos a curto prazo, o balanço de forças em Angola e na região tornou-se mais favorável à UNITA a partir do final de 1998. Os problemas militares desde então encontrados pela aliança pró-Kabila no Congo e as derrotas sofridas no planalto central pelas tropas governamentais angolanas em Dezembro, na sua tentativa gorada de conquistar as praças fortes da UNITA - o Andulo e o Bailundo -, contribuíram ainda mais para um novo impasse militar no conflito.

Porém, dada a história de fracassos sucessivos de um entendimento negocial entre o MPLA e a UNITA, tendo em conta o insucesso das Nações Unidas e atendendo ao crescente desinteresse das potências ocidentais pelo conflito em Angola (salvaguardada que parece estar na defesa das plataformas petrolíferas), tudo indica que a opção militar vai prevalecer no curto prazo.

Apesar das perspectivas pouco optimistas sobre a evolução do conflito, há no entanto, um aspecto positivo a destacar, designadamente um envolvimento crescente de membros da UNITA, do MPLA, dos partidos não armados, das igrejas

e, em geral, de organizações da sociedade civil a favor da paz e da reconciliação. Após fracassarem todas as iniciativas dirigidas pela comunidade internacional para encontrar uma solução pacífica para os conflitos, talvez tenha chegado a hora de os próprios Angolanos assumirem a liderança do processo.

ué da Namíbia têm uma racionalidade diferente que, por um lado, releva da afirmação regional de ambos os regimes, particularmente em oposição à África do Sul. O posicionamento deste país é, por seu lado, dúbio, na medida em que, a coberto da neutralidade, acaba por assumir uma posição próxima de Kampala e Kigali e hostil aos seus parceiros da SADC.